

Vantagens e desvantagens de renegociar a dívida já

Quando, há algumas semanas, informou-se que os bancos internacionais não desejavam concluir nenhum acordo relativo à renegociação da dívida brasileira sem a participação do futuro governo, observamos, nestas colunas, que esta era uma atitude estranha, pois não convinha a seus próprios interesses. Primeiro, os bancos teriam de concordar quanto ao não pagamento das amortizações pelo País pelo menos no primeiro trimestre deste ano, pois logicamente o atual governo não faria essas transferências, já que se espera que as prestações da dívida sejam roladas. Além disso, os banqueiros deveriam ter bem presente a possibilidade de uma negociação em termos bastante diversos das que têm sido conduzidas até agora.

Noticiou-se, nos últimos dias, que é iminente um acerto entre o governo brasileiro e os bancos credores, o qual poderá ser anunciado na próxima terça-feira, ou seja, no dia em que oficialmente será escolhido o futuro presidente da República. O acordo definitivo,

devido à necessidade do assentimento de dezenas de bancos, deverá demorar ainda quatro ou seis semanas. Mas, de qualquer forma, o acordo seria finalizado antes da posse do futuro presidente, a 15 de março.

Para o próximo governo, isso teria a desvantagem de que, para obter melhores termos dos bancos internacionais, seria necessário reabrir as negociações, o que dificilmente deixaria de provocar ressentimentos na comunidade financeira internacional, criando um ambiente pouco propício ao entendimento. As condições poderiam ser mais favoráveis se o governo brasileiro vier a obter apoio político dos grandes países industrializados para renegociar — particularmente dos Estados Unidos —, o que, a essa altura, parece duvidoso.

Provavelmente, se não for fechado nenhum acordo com os bancos internacionais até 15 de março, o próximo governo poderia encaminhar uma negociação ampla, contando com o respaldo de seu apoio popular e das demonstra-

ções de apreço que deve receber dos governos dos países democráticos. E o País não poderia ser acusado de ter renegado o acordo anterior.

Contudo, essa conveniência, ao que tudo indica, é superada pelas desvantagens políticas bem definidas no plano interno. Em primeiro lugar, o novo governo poderia ser alvo de fortíssimas pressões, não só da ala esquerda do PMDB mas também das correntes de oposição ligadas ao deputado Paulo Maluf. Tais pressões poderiam afetar seriamente os entendimentos com os credores, levando a um clima de confrontação que a ninguém interessa.

Há ainda um outro fator a considerar: a premência de tempo. Dissemos, anteriormente, que os bancos teriam de concordar com o não pagamento, no primeiro trimestre, das amortizações. Isso é viável, mas os banqueiros não poderiam fazê-lo por mais três meses, ou seja, até o fim do primeiro semestre, sob pena de o País ser declarado inadimplente. Assim, o governo que assumirá

em 15 de março teria pouco mais de dois meses para concluir uma negociação em novas bases, o que é praticamente impossível.

Dessa forma é preferível que o atual governo — com a anuência do futuro presidente da República — conclua os entendimentos relacionados à fase 3 da renegociação da dívida externa. Com isso, a nova administração federal teria tempo suficiente para integrar-se efetivamente da situação econômica do País e, especificamente, das contas externas.

Se houver motivo, como uma deterioração da posição cambial do País nos próximos meses, o futuro governo será certamente levado a abrir um novo processo de renegociação com os bancos internacionais no primeiro ano de seu mandato. Mas, se as exportações evoluírem a contento, é possível que uma renegociação mais ampla seja deixada para o ano seguinte, quando inclusive o País terá ultrapassado o prazo de três anos do acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) no início de 1983.